

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

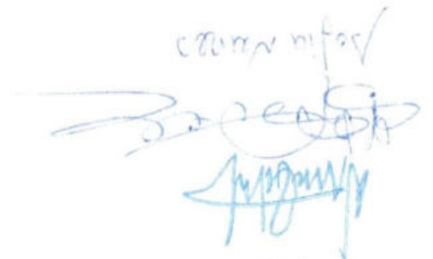
PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO 2022

Rubricas	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente Ativos Fixos Tangíveis Ativos Intangíveis Investimentos Financeiros	4	709 294,53	741 172,59
	5	0,00	185,62
		1 821,94	1 581,58
		711 116,47	742 939,79
	6	37 922,23	29 457,99
	9	9 411,68	9 489,83
		384,49	252,61
	9	49 474,65	52 616,09
		5 193,35	5 852,25
		21 198,91	26 635,09
	123 585,31	124 303,86	
	834 701,78	867 243,65	
Fundos Patrimoniais			
Fundos Resultados Transitados Ajustamentos/Outras Variações Fundos Patrimoniais Resultado Líquido do Período Total dos Fundos Patrimoniais	8	456 029,67	456 029,67
		28 336,81	46 175,16
		253 068,30	261 937,24
		-45 124,82	-4 188,13
	9,3	692 309,96	759 953,94
	9	0,00	675,20
		23 021,76	18 513,37
		119 370,06	88 056,14
		0,00	45,00
Passivo			
Passivo corrente Fornecedores Estado e Outros Entes Públicos Outras Contas a Pagar Diferimentos Total do Passivo	9	0,00	675,20
		23 021,76	18 513,37
		119 370,06	88 056,14
		0,00	45,00
	9	142 391,82	107 289,71
		834 701,78	867 243,65
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais Fundos Resultados Transitados Ajustamentos/Outras Variações Fundos Patrimoniais Resultado Líquido do Período Total dos Fundos Patrimoniais	8	456 029,67	456 029,67
		28 336,81	46 175,16
		253 068,30	261 937,24
		-45 124,82	-4 188,13
	9,3	692 309,96	759 953,94
	9	0,00	675,20
		23 021,76	18 513,37
		119 370,06	88 056,14
		0,00	45,00
Passivo			
Passivo corrente Fornecedores Estado e Outros Entes Públicos Outras Contas a Pagar Diferimentos Total do Passivo	9	0,00	675,20
		23 021,76	18 513,37
		119 370,06	88 056,14
		0,00	45,00
	9	142 391,82	107 289,71
		834 701,78	867 243,65

O Contabilista Certificado,

A Direção,

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Euros

PERÍODOS		NOTAS		RENDIMENTOS E GASTOS	
2022	2021				
103 095,79	95 108,93	7,1		Vendas e serviços prestados	
451 489,49	474 639,17	8		Subsídios, doações e legados à exploração	
-39 085,13	-29 612,30	6		Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
-53 437,34	-51 468,81	7,1		Fornecimentos e serviços externos	
-487 766,66	-460 311,46	10		Gastos com o pessoal	
21 034,76	21 348,62			Outros rendimentos	
-5 586,29	-19 719,26			Outros gastos	
-10 255,38	29 984,89			Resultados antes depreciações, gastos de financiam.e impostos	
-34 412,00	-34 173,02		4	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	
-44 667,38	-4 188,13			Resultado operacional (antes de gastos financiam. e impostos)	
-457,44				Gastos e Perdas de Financiamento	
-45 124,82	-4 188,13			Resultado antes de impostos	
-45 124,82	-4 188,13			Resultado líquido do período	

A Direção,



O Contabilista Certificado,



ANEXO

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2022

1 - Identificação da entidade

- 1.1 - O Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho com N.I.P.C. 500879443 é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.
- 1.2 - Tem a sua sede na Rua Padre Alberto Teixeira de Carvalho, no lugar de Ariz, da freguesia de Godim, concelho de Peso da Régua, distrito de Vila Real.
- 1.3 - Desenvolve a sua atividade nos termos dos seus estatutos, dando apoio à infância e à juventude, através das valências da creche, pré-primária e atividade de tempos livres.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1 - As demonstrações financeiras em análise são consistentes de um período para o outro, quer a nível de apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, tendo como referencial o Sistema de Normalização Contabilística, contextualizado na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL).
- 2.2 - Na sua elaboração não foram derrogadas quaisquer disposições definidas na Norma e a sua estrutura manifesta de forma fidedigna a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição, cujos conteúdos e quantias são manifestamente comparáveis com os do período anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas:

- a) Com a apresentação das suas demonstrações financeiras a entidade pretende proporcionar aos seus utilizadores, de modo fiável e transparente, toda a informação útil para a sua eventual tomada de decisões. Para isso, preparou-as de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) constantes da Estrutura Conceptual (EC) num escrupuloso respeito por todos os princípios emanados da correspondente Norma (NCRF-ESNL). Nesse contexto são de salientar designadamente:
 - O pressuposto da continuidade, que assenta na informação disponível e nas expectativas esperadas no futuro relativamente à manutenção e desenvolvimento dos objetivos para que foi instituída;
 - a consistência na aplicação das mesmas políticas contabilísticas em relação a períodos anteriores;
 - o regime do acréscimo (ou de periodização económica), segundo o qual os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando se evidenciam independentemente da ocorrência dos fluxos de caixa;
 - a materialidade e a agregação que se traduz na apresentação separada das diversas classes de itens atendendo à sua materialidade e semelhança;
 - a ausência de qualquer compensação entre ativos e passivos ou rendimentos e gastos,
 - bem como a desejável comparabilidade das demonstrações financeiras no que concerne à quantificação e conteúdo dos seus itens.
- b) Não foram utilizadas outras políticas contabilísticas para além das que decorrem de cada capítulo da Norma.

As DF em anexo foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações: segundo as informações e expectativas do futuro presentemente disponíveis levam-nos à convicção de que a entidade irá manter-se ativa continuando a desenvolver os objetivos para que foi instituída.

3.2 – Alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Existem itens nas demonstrações financeiras que por não poderem ser mensurados com precisão, têm vindo a ser estimados mediante a utilização de juízos de valor disponíveis... Na verdade, o uso de estimativas razoáveis é uma parte essencial da preparação de demonstrações financeiras e não diminui a sua fiabilidade.

Neste contexto, é efetuado v.g. no final de cada período uma cuidada apreciação das depreciações do ativo fixo tangível, as quais na sua generalidade seguem as tabelas preconizadas pelo Decreto-Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro.

Não foram detetados erros materiais ou imateriais que mereçam reexpressão contabilística.

4- Ativos Fixos Tangíveis

Os AFT são itens evidenciados no Balanço como ativos por cumprirem as condições de reconhecimento- to definidos na Norma, vide seu capítulo 7, e mantêm-se por períodos superiores a um ano para fornecimento e apoio de serviços prestados pela instituição e respetivos fins administrativos.

Este capítulo prescreve o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento, mensuração, depreciação e desreconhecimento dos AFT e tem por objetivo informar os utentes das demonstrações financeiras perceberem toda a informação acerca do investimento da entidade e suas alterações.

4.1 - Sobre este tema seguem-se as seguintes divulgações tidas como mais relevantes:

a) Critérios de mensuração usados na determinação da quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo de aquisição ou de produção deduzido das respetivas depreciações acumuladas sem referência, por não existirem, a quaisquer perdas por imparidade.

Os custos subsequentes relacionados com estes itens são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As demais despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime do acréscimo.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, durante a sua vida útil, segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, a menos que ocorra alguma alteração significativa no modelo esperado de consumo dos futuros benefícios económicos associados a esse ativo.

Em cada período é feito o seu reconhecimento como gasto evidenciado na Demonstração de Resultados por Naturezas.

Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Na determinação da vida útil dos bens, a qual começa quando estes estejam disponíveis para uso, isto é, na localização e condições necessárias para operarem na forma pretendida, é ponderado o seu uso esperado e o desgaste normal provável, utilizando-se para o efeito o definido no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

Taxas estimadas por grupo dos bens:

Descrição	Taxas
Edifícios e outras construções	2,00
Conserv. e benfeitorias nos edifícios	10,00
Equipamento de transporte	8,33
Equipamento administrativo	10 – 33,33

d) Quantia bruta escriturada e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Situação inicial		Situação final			
Descrição	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciação acumulada
Terrenos e recursos naturais	24 939,89	0,00	24 939,89	24 939,89	0,00
Edifícios e outras construções	1 563 528,55	856 664,71	706 863,84	1 563 528,55	888 896,64
Equipamento básico	164 095,85	161 752,96	2 342,89	165 541,36	162 093,66
Equipamento de transporte	101 747,34	96 871,34	4 875,65	101 747,34	97 413,14
Equipamento administrativo	29 183,16	27 612,15	1 571,01	29 688,96	28 115,43
Outros ativos fixos tangíveis	10 471,97	9 892,66	579,31	10 868,98	10 501,68
Total	1 893 966,76	1 152 794,17	741 172,59	1 896 315,08	1 187 020,55
					709 294,53

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período com evidência das adições, das alienações, depreciações e outras alterações ocorridas no período:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Transferências	Depreciações	Quantia escriturada final
Terrenos e recursos naturais	24 939,89					24 939,89
Edifícios e outras construções	706 863,84				32 231,93	674 631,91
Equipamento básico	2 342,89	1 445,51			340,70	3 447,70
Equipamento de transporte	4 875,65				541,45	4 334,20
Equipamento administrativo	1 571,01	505,80			503,28	1 573,53
Outros ativos fixos tangíveis	579,31	397,01			609,02	367,30
Total	741 172,59	2 348,32			34 226,38	709 294,53

4.2 - Ao serviço da instituição não existem quaisquer itens do ativo fixo tangível expressos em quantias revalorizadas.

5-Ativos intangíveis

Um ativo intangível é um item identificável, sem substância física, que se espera que seja usado durante mais do que um período. É registado pelo seu custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O item identificável nesta conta tem uma vida finita para a qual se estimou uma durabilidade temporal de 3 anos. A sua quantia amortizável é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil tal como previsto para os ativos fixos tangíveis. O "programa de gestão do pessoal", apesar de utilidade ainda operacional, não figura no ativo do balanço por se encontrar totalmente amortizado.

Situação inicial			Situação final		
Descrição	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Bruta	Depreciação Acumulada	Quantia escriturada
Software	556,72	371,10	185,62	556,72	0,00

6-Inventários

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e referência à fórmula de custo usadas:

Na contabilização dos inventários foi respeitado o capítulo 11 da NCRF-ESNL que preconiza o seu tratamento como um ativo e a sua mensuração ao preço de custo. Este compreende o valor de compra e os respetivos impostos não subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais, para além de outros custos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Relativamente aos inventários recebidos gratuitamente, estes são mensurados ao custo histórico ou ao custo corrente, dos dois o mais baixo. As demonstrações financeiras evidenciam de modo claro, através do balanço, o valor dos inventários em armazém até ao momento do seu desconhecimento e da demonstração dos resultados por naturezas o gasto consumido. Quanto à fórmula de custo, é de referir que as mercadorias e as matérias primas são identificáveis pela utilização específica dos seus custos individuais, em contexto de inventário permanente, sendo elaborado através de contagem física dos bens uma listagem, na qual é evidenciada a quantificação real e a respetiva valorização do gasto mensal.

6.2 - Quantia escriturada de inventários em classificações apropriadas e quantia de inventários reconhecida como gasto no período comparativamente com o exercício de 2021:

Exercício 2022			Exercício 2021		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidárias e de consumo	
Saldo inicial	29 069,90	388,09	3 936,69	143,53	
Compras		27 543,72		21 038,35	
Reclassificação / Regularização	10 392,42	9 613,23	25 698,74	7 647,33	
Saldo final	37 774,58	147,65	29 069,90	388,09	
Gastos no período			37 397,39	565,53	28 441,12

Os rendimentos e gastos decorrentes da gestão quotidiana da instituição são registados no período independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio do acréscimo.
A instituição enquadra-se no artigo 9.º n.º 7 do CIVA, pelo que o rédito compreende os valores faturados isentos do imposto sobre o valor acrescentado.

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito:

As prestações de serviços expressas nas demonstrações financeiras englobam na sua generalidade as mensalidades dos utentes e as quotizações dos sócios
O rédito encontra-se mensurado pela quantia da atribuição recebida ou a receber pela entidade.

a) Quantia de cada categoria de rédito reconhecida no período, para além das quotizações dos sócios no montante de 1.233,00 euros:

Categoria	2022	2021
Venda de bens	280,00	620,00
Prestações de serviços	101 582,79	93 058,93
Total:	101 862,79	93 678,93

b) Gastos do período:

Nesta rubrica é de realçar as seguintes informações:

i) Descrição dos "gastos" contabilizados na conta 62 – "Fornecimentos e Serviços Externos" numa apresentação comparativa dos realizados em 2021 e 2022:

D e s c r i ç ã o	2022	2021
Trabalhos especializados	2 344,38	2 038,20
Honorários	6 516,00	6 888,80
Conservação e reparação	4 959,94	13 506,35
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	413,15	105,76
Material de escritório	1 537,28	1 124,73
Artigos para oferta	29,69	948,78
Material didático	693,61	411,40
Eletricidade	8 062,09	6 246,75
Combustíveis	13 392,79	6 793,92
Água	4 385,78	3 337,84
Deslocações e estadas	28,42	43,98
Comunicação	1 627,76	1 760,10
Seguros	4 421,31	4 590,39
Limpeza, higiene e conforto	4 059,70	3 086,93
Outros serviços	965,44	584,88
Total:	53 437,34	51 468,81

8-Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são auxílios de entidades públicas com vistas ao cumprimento de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da entidade.

A Instituição tem vindo a receber subsídios, não reembolsáveis, uns relacionados com ativos depreciables e outros relacionados com rendimentos.

Na sua contabilização é-lhe subjacente o princípio do balançamento entre rendimento e gasto com o pressuposto do denominado regime do acréscimo. Assim, são anualmente tidos como rendimentos do período no momento e na mesma proporção em que forem reconhecidos os correspondentes gastos subsidiados.

Os relacionados com os AFT, inicialmente reconhecidos em capitais próprios, são anualmente imputados numa base sistemática a rendimentos com o balançamento das respetivas depreciações. Situa-se neste enquadramento os obtidos no âmbito dos Projetos 015/00/NRT/T1, POEFDS – Eixo 5 – Medida 5.6 referente à ampliação e remodelação do edifício principal e à aquisição de equipamento. - vd. ponto 9.1.

Os relacionados com rendimentos (também designados de exploração) são reconhecidos na demonstração dos resultados durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados – vd. ponto 9.2.

D e s c r i ç ã o		
	2022	2021
Impostos	315,90	359,17
Correções relativas a períodos anteriores	5 000,39	17 857,85
Quotizações	270,00	540,00
Outros não especificados		962,24
Total:	5 586,29	19 719,26

ii) Descrição sumária de outros gastos:

[Handwritten signatures and notes in the bottom left corner]

8.1 – Descrição dos subsídios relacionados com ativos tangíveis constantes em “Outras variações nos fundos patrimoniais”

NO BALANÇO	Saldo inicial	Aquisições no período	Utilização no período	Saldo 31/12/2022
SUBSÍDIOS RELATIVOS A ATIVOS TANGÍVEIS				
<i>Outras Variações nos Fundos Patrimoniais</i>				
593 – Subsídios:				
Relativos à remodelação e ampliação das instalações:				
Componente PIDDAC	33 918,19		997,60	32 920,59
Componente FEDER	93 055,98		2 734,76	90 321,22
Componente Pública Nacional	61 507,08		1 808,84	59 698,24
Município do Peso da Régua	37 500,00		2 500,00	35 000,00
	225 981,25		8 041,20	217 940,05
594 – Doações	35 955,99		827,74	35 128,25
TOTAL:	261 937,94		8 868,94	253 068,30

NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	2022	2021
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO		
751 – SUBSÍDIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS:		
Do Centro Regional da Segurança Social:		
Rel. Creche	203 921,72	176 196,00
Rel. Educação Pré-Escolar		
Atividades Educativas	92 222,08	93 063,15
Atividades Apoio Social	52 167,44	54 130,05
Compensação salarial – Ministério da Educação	46 174,68	32 226,72
Rel. Centro de Atividades de Tempos Livres	16 949,45	15 093,00
Rel. Layoff e Apoio Família	5 428,08	35 766,36
	416 863,45	406 475,28
752 – Subsídios de outras entidades	280,00	28 598,77
Total dos subsídios	417 143,45	435 074,05
753 – DOAÇÕES E HERANÇAS	34 346,04	39 565,12
TOTAL:	451 489,49	474 639,17

9-Instrumentos financeiros

9.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

A entidade mensura os seus ativos e passivos financeiros ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos. Desreconhece um ativo financeiro ou passivo financeiro, ou parte deles, quando, respetivamente os direitos contratuais aos recebimentos se realizam ou quando a obrigação estabelecida com o contrato é liquidade.

Relativamente aos instrumentos financeiros evidenciados na contabilidade a mensuração utilizada assenta no respetivo valor nominal.

Descrição comparativa das contas de terceiros:	Exercício de 2022		Exercício de 2021	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Clientes e utentes	9 411,68		9 489,83	
Fornecedores				675,20
Estado e outros entes públicos	384,49	23 021,76	252,61	18 513,37
Outras contas a receber e a pagar	49 474,65	52 616,09	119 370,06	88 056,14

Descrição	2022	2021
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas	394 798,60	381 356,70
Encargos sobre remunerações	86 418,74	73 246,01
Seguros ac. trabalho e doenc. Profis.	4 580,25	4 017,12
Outros gastos com o pessoal	1 969,07	1 691,63
Total:	487 766,66	460 311,46

10.3 – Descrição comparativa dos gastos com o pessoal suportados em 2021 e 2022:

10.2- Número de membros dos Órgãos Diretivos: A Direção é constituída por 6 sócios efetivos; o Conselho Fiscal formado por 3 efetivos e a Mesa da Assembleia igualmente por 3 sócios efetivos. Nenhum sócio é remunerado pelo desempenho das suas funções.

10.1 – Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras: 26 (vinte e seis)..

10 – Benefícios dos empregados

Rubricas	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundos patrimoniais	456 029,67			456 029,67
Resultados transitados	41 987,03	58 775,04		- 16 788,01
Out. variações Fundos Patrimoniais:				
Subsídios	225 981,25	8 041,20		217 940,05
Doações	35 955,99	827,74		35 128,25
Total:	759 953,94	67 643,98		692 309,96

9.3 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos Fundos patrimoniais:

9.2 – Não foram contabilizados instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

11 – Acontecimentos após a data do balanço:

11.1 - As demonstrações financeiras apresentadas pela instituição foram preparadas numa base sistemática de continuidade e não se verificaram divergências relativas a acontecimentos, favoráveis ou desfavoráveis, após a data do balanço. Por esse motivo não se procedeu a quaisquer ajustamentos aos conteúdos relatados, nem ao reconhecimento de itens diferentes aos anteriormente relatados.

11.2 – Em 17 de Fevereiro de 2023 tomaram posse os sócios eleitos para constituírem os corpos sociais da instituição para o período de quatro anos (dois mil e vinte e três / dois mil e sete) em conformidade com a ata número cinco da Assembleia Geral, a qual passará a ser presidida pela Dr.ª Maria do Carmo Sousa Pinto, a ser coadjuvada pelo 1.º Secretário Pedro Manuel Guedes Macedo e pela 2.ª Secretária Carina Maria Custódio Cardoso. A Direção passa a ser constituída pelo Presidente Eng. Nuno Miguel Fonseca Martins Pinto, Vice-presidente Irmã Rosa Teixeira Teles, Secretária Carmen Sofia Pereira Nunes, Tesoureira Teresa Teixeira Teles e Vogais Valdemar Mota e Padre de Castro Oliveira. O Conselho Fiscal será presidido por Franciscisco Pinto da Fonseca, com auxílio dos Vogais senhores Miguel Florentino Guedes de Macedo e Artur Guedes.

12-Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Como inicialmente referido, a entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social regida por normas impostas pela tutela, cuja divulgação não se impõe aqui como exigível.

13 – Outras divulgações

13.1 – A instituição não apresenta dívidas ao Estado e à Segurança Social.

13.2 - Não são conhecidos à data da elaboração do presente anexo, quaisquer informações que mereçam destaque para além do acima referido.

O Contabilista Certificado,



A Direção,



Alf.ª Nunes